

COMENTÁRIOS AO RELATÓRIO DO GOVERNO NA ÁREA DA POP

O Relatório de Actividades do Governo referente ao Ano de 1998 dedica ao Capítulo da Justiça e da Administração Interna 10 Páginas, duas delas à POP, sendo uma, quase preenchida na totalidade com a enumeração de diplomas legais - aprovados em 1999 - que o Governo apelida de impacto positivo na reestruturação orgânica e no funcionamento dos serviços. A metade da 2ª Página foi dedicada à enumeração das acções de formação levadas a cabo em 98 e na outra metade o Governo dá-nos conta que foram adquiridos meios de comunicação, de equipamento informático e mobiliários, que foi iniciada a construção da Esquadra de São Domingos, que foi instalado o Comando Regional de São Vicente e por último que colocou oficiais à frente das Esquadras do Maio, Boavista e São Domingos. No Capítulo em referência diz-se também que os dados resultantes da intervenção da POP no domínio das actividades de prevenção e combate à criminalidade constam do Anexo I.

Convenhamos que o que se disse é muito pouco e não nos permite ajuizar do desempenho governamental em domínio tão importante, com é o da POP, Instituição que a Constituição atribui a **função de defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e os direitos do cidadão**. E é por aí que, a nosso ver, o Governo deveria começar por prestar contas da sua actividade à Assembleia. Dito de outra forma:

- 1º - No Ano de 1998 os cabo-verdianos tiveram mais e melhor segurança?
- 2º - Os seus bens patrimoniais foram melhor defendidos?
- 3º - Em que medida a acção preventiva da Polícia, erigida justamente como a vertente principal, tem surtido efeitos?
- 4º - Tem a POP conseguido prevenir a criminalidade? Como?

Os dados estatísticos não são reveladores. Limitou-se a enumerar a quantidade de crimes contra a propriedade e contra pessoas cometidos em 1998 e a sua diferença (note-se para mais) em relação ao ano de 1997. Também não se sabe se esses dados incluem os registados na PJ e nas Procuradorias do país nesse mesmo período. E a tendência criminal nos últimos anos, qual tem sido? O Governo devia trazer esses dados, essenciais para se falar em políticas nesse sector e fixar novos objectivos e metas a atingir. Assim deve o Governo apresentar um quadro geral de dados, incluindo incluindo as notícias de crime na PJ e Procuradorias do país e pronunciar sobre sua tendência .

Uma outra questão também importante, e que não poderá ser dissociada das preocupações anteriormente expressas, é que a questão dos **Recursos**, não só os materiais (tomámos nota de alguns mencionados no Relatório), mas sobretudo os **Recursos humanos**, terá que ser devidamente equacionada.

Desconhecemos se existirá uma política de gestão dos Recursos Humanos na Polícia. O Relatório disso não faz menção! O que se disse foi tão somente que se instalou um programa - mais uma vez um recurso material - de gestão do pessoal. E essa é uma questão crucial.

- . Porquê é que os actuais estatutos da POP que cria os cargos de Comandantes Gerais Adjuntos da POP, quando o Governo nunca nomeou o único Comandante Geral Adjunto previsto nos anteriores estatutos?
- . Existirão princípios objectivos que determinam a colocação e/ou transferência do pessoal policial nas diferentes unidades?
- . Os responsáveis policiais que neste momento se encontram à frente das diferentes unidades, foram escolhidos com que critérios? **(observação para consumo nosso: Neste momento existem comissários a comandar as Esquadras da Brava e de S. Felipe, enquanto que unidades como o Comando Regional da Praia e de Santa Catarina são chefiados por Chefes de Esquadra).**

Uma terceira questão tem a ver com os estímulos que são dados ao pessoal. Nessa matéria tomámos nota, com satisfação, que a Assembleia autorizou (data ????) o Governo a legislar sobre o Sistema Remuneratório da POP. O Governo na altura argumentou que o vencimento (Ver lei de autorização). Até agora, tanto quanto se saiba (confirmar !!!!) o Sistema Remuneratório não sofreu alterações. Porquê ? É evidente que o Governo não incluiu a materialização dessa medida no seu rol de prioridades, penalizando com essa opção todo o efectivo e a instituição.

O Relatório faz também uma incursão pela problemática da formação, limitando-se a referir que em 1998, foi realizado um Curso de Formação de Agentes e que alguns elementos da POP participaram em algumas acções de formação no estrangeiro. A questão que se coloca é a seguinte:

- Como é que se projecta num horizonte, a curto/médio prazo, o crescimento do efectivo policial?
- Esse efectivo tem crescido em quantos por cento nos últimos anos?
- É suficiente o efectivo da POP para que ela possa minimamente cumprir a sua missão, prevenindo a acção criminosa e fazendo sentir a presença dissuasiva da POP?

Tem-se a sensação que apesar do esforço da Fazenda Nacional em formar novos quadros, esse crescimento não tem sido suficiente. Os jornais brindam-nos semanalmente com notícias de quadros abandonando as fileiras da POP.

Será verdade? Se sim, quais serão as verdadeiras causas desse abandono? Se não, proporcionamos uma boa ocasião ao Governo para fazer o desmentido que nunca fez! Já agora que diga o Governo a percentagem do efectivo que nos últimos anos saíram da polícia e se a considera normal . Se não, o que tem feito para inverter a situação?

Uma outra questão ainda sobre o pessoal. Aqueles que frequentam Cursos de Promoção ou de Formação, no país e/ou fora dele, passa em princípio pelo crivo de uma selecção. Será que o mérito profissional (capacidade, competência e engajamento com o cargo, entre outros) foi tido em devida conta nessa selecção? **(observação para consumo nosso: 1) Para um curso de Oficial Superior na polícia, foram seleccionados e enviados +/- 6 Sub-Comissários, quando a escolha lógica devia recair na categoria dos Comissários, melhor preparados e que transitariam naturalmente, na altura das promoções ao escalão imediatamente superior (Sub-Intendente), entrando para o escalão de oficiais superiores. 2) Existem**

vários outros casos que em conversa pessoal com oficiais no activo ou na reserva poderão referir a casos e situações muito concretas.

Antes de finalizar dever-se-ia perguntar ao Governo quais foram as metas e os objectivos traçados para o ano se 1998 na área da POP, se foram efectivamente cumpridos. Conviria solicitar o Programa de Acção para essa área, documento que nos permitiria melhor avaliar a situação.